

Projeto MTb/IPEA¹

Determinantes da evolução da estrutura do desemprego no Brasil; 1986-1995^{*}

Carlos Henrique Corseuil
London School of Economics

Carla Reis
aluna do IE-UFRJ e bolsista ANPEC/IPEA

André Urani
Professor do IE-UFRJ e pesquisador da DIPES-IPEA

Versão Final

Novembro de 1996

¹ Os autores agradecem Marcio Duarte Lopes pelo excelente apoio computacional a esta pesquisa e Ricardo Paes de Barros e Marcelo Neri por críticas e sugestões a uma versão anterior deste trabalho.

Projeto MTb/IPEA

Determinantes da evolução da estrutura do desemprego no Brasil; 1986-1995

Carlos Henrique Corseuil
London School of Economics

Carla Reis
aluna do IE-UFRJ e bolsista ANPEC/IPEA

André Urani
Professor do IE-UFRJ e pesquisador da DIPES-IPEA

Versão Final

Novembro de 1996

* Os autores agradecem Marcio Duarte Lopes pelo excelente apoio computacional a esta pesquisa e Ricardo Paes de Barros e Marcelo Neri por críticas e sugestões a uma versão anterior deste trabalho.

1 - Introdução

A questão do desemprego ocupa hoje uma posição central no debate político-econômico brasileiro. Muito se fala mas pouco se sabe a respeito, visto que o tema foi ainda relativamente pouco explorado na literatura nacional sobre mercado de trabalho.¹ Com isto, o debate é freqüentemente marcado por posições apriorísticas, ancoradas nas realidades de outros países - em que o fenômeno não necessariamente possui as mesmas conotações que no nosso.

As estatísticas disponíveis não contribuem muito para melhorar este quadro. Por um lado, as nacionais (obtidas a partir da PNAD/IBGE) se referem a um único mês no ano e não são desagregáveis - dada a forma em que é feita a amostragem - para a grande maioria dos municípios do país. Por outro, existem pesquisas mensais em algumas regiões metropolitanas (três dentre elas possuem inclusive duas pesquisas: a PME/IBGE e a PED/SEADE-DIEESE), mas estas resultam sistematicamente em indicadores substancialmente diferentes, mesmo quando se referem estritamente ao desemprego aberto.² Enfim, as pesquisas mensais não resultam ser compatíveis com as nacionais: em setembro de 1993 (mês de referência da última PNAD a ter sido divulgada), a taxa de desemprego aberto na região metropolitana de São Paulo resultou ser de 5,5% segundo a PME, 8% segundo a PED e 10,4% segundo a PNAD.

O quadro que se traça do desemprego no Brasil depende portanto crucialmente da fonte de dados que se elege para estudar a questão. Neste artigo, pretendemos contribuir a uma melhor compreensão da evolução, da incidência e da composição deste fenômeno analisando dados obtidos a partir de tabulações especiais da PME. Estaremos portanto nos referindo exclusivamente ao desemprego aberto nas seis principais regiões metropolitanas do país (Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Recife).

Começamos, na próxima seção, descrevendo as grandes linhas da evolução da taxa de desemprego de 1986 a 1995. Mostramos que - apesar de variar consideravelmente ao longo do tempo e de estar aumentando no período recente - ela pode ser considerada relativamente baixa em termos internacionais, graças à capacidade demonstrada pelos segmentos informais do mercado do trabalho de atuarem como colchões em períodos de contração do emprego formal. Mostramos também, entretanto, que o fenômeno não é socialmente desprezível, uma vez que incide preponderantemente sobre os mais pobres, ainda que sua duração seja relativamente baixa.

É só na seção 3 que partimos para uma análise aprofundada dos determinantes da evolução da estrutura do desemprego no período 1986-1995, em cada região metropolitana, segundo grau de escolaridade, faixa etária, gênero e posição na família. Partimos da simples constatação que variações da participação de determinado grupo no desemprego podem ser ditadas por três tipos de fatores: a) sua taxa de desemprego específica ter apresentado uma variação diferente da do conjunto da região metropolitana; b) a variação de sua taxa de participação na População Economicamente Ativa (PEA) ter sido diferente da média; e c) sua importância relativa na População em Idade Ativa (PIA) ter se alterado. Estimamos então, com base em

¹ Entre as poucas exceções, merecem ser assinalados os trabalhos de Barros, Camargo e Mendonça (1996), Bivar (1991), Corseuil (1994 e 1996) e Urani (1996).

² Visto que a PED produz também resultados a respeito do desemprego oculto, seja pelo desalento, seja pela precariedade.

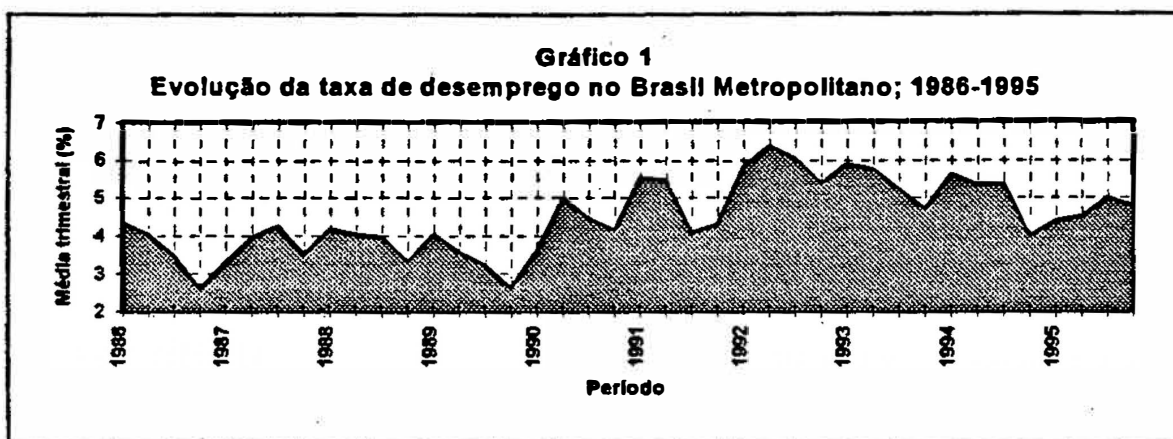
nossos dados, a importância relativa de cada um destes fatores através de uma decomposição logarítmica.

Na quarta e última seção, por fim, resumimos nossas principais conclusões.

2 - Características gerais

2.1 - Evolução recente da taxa de desemprego

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) calcula a taxa de desemprego aberto nas seis principais regiões metropolitanas do país. A partir destas, é possível se chegar a uma taxa para o conjunto do "Brasil Metropolitano". A evolução desta variável de 1986 a 1995 é mostrada no gráfico 1 abaixo.



Fonte: elaboração própria, a partir de tabulações especiais da PME/IBGE.

É possível distinguir pelo menos quatro etapas nesta trajetória:

- a. do plano Cruzado até o fim da década de 80, quando a taxa raramente ultrapassou a barreira de 4%;
- b. o governo Collor, durante o qual ela se elevou de forma praticamente contínua, até atingir mais de 6% no segundo trimestre de 1992;
- c. a paulatina queda registrada a partir de então, com a recuperação da economia (sobretudo após o lançamento do plano Real), que a fez retornar a patamares inferiores a 4% em fins de 1994; e
- d. uma nova elevação, detonada com a fase contracionista do plano Real, que fez com que ela voltasse a se aproximar de 5% no segundo semestre de 1995.³

Na tabela 1 abaixo, comparamos esta trajetória com as de uma amostra de 12 países de 5 continentes: Canadá e Estados Unidos (América do Norte), Coréia do Sul e Japão (Ásia), Austrália e Nova Zelândia (Oceania), Chile (América Latina), Espanha, Alemanha, França, Reino Unido e Suécia (Europa).

³ Cabe assinalar que ela voltaria aos patamares registrados durante a recessão do início da década no primeiro trimestre de 1996.

Tabela 1
Taxas de desemprego: diversos países (1986-1993)

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	Média
Canadá	9,5	8,8	7,8	7,5	8,1	10,3	11,3	11,2	9,3
EUA	6,9	6,1	5,4	5,2	5,4	6,6	7,3	6,7	6,2
Coréia	3,8	3,1	2,5	2,6	2,4	2,3	2,4	2,8	2,7
Japão	2,8	2,8	2,5	2,3	2,1	2,1	2,2	2,5	2,4
Austrália	8,1	8,1	7,2	6,2	6,9	9,6	10,8	10,9	8,5
N. Zelândia	4,0	4,0	5,6	7,1	7,8	10,3	10,3	9,5	7,3
Chile	8,8	7,9	6,3	5,3	5,6	5,3	4,4	4,5	6,0
Espanha	21,2	20,5	19,5	17,3	16,3	16,4	18,4	22,7	19,0
França	10,4	10,5	10	9,4	8,9	9,4	10,2	11,6	10,1
Alemanha	8,8	9,0	8,7	8,0	7,0	10,3	14,8	8,2	9,4
Reino Unido	11,2	10,7	8,8	7,2	6,8	8,3	9,6	10,2	9,1
Suécia	2,2	1,9	1,6	1,4	1,5	2,7	4,8	8,2	3,0
<i>Média</i>	<i>8,1</i>	<i>7,8</i>	<i>7,2</i>	<i>6,6</i>	<i>6,7</i>	<i>7,8</i>	<i>8,9</i>	<i>9,1</i>	<i>7,8</i>
Brasil	3,6	3,7	3,8	3,3	4,3	4,8	5,9	5,4	4,4

Fonte: elaboração própria, a partir de tabulações especiais da PME/IBGE e de dados da OIT (1994).

Observe-se que apenas 3 destes 12 países registraram taxas médias inferiores às brasileiras, durante o período como um todo (Japão, Coréia e Suécia).⁴ A taxa média brasileira foi cerca de 40% menor que a do conjunto destes países e quase 30% inferior à dos EUA - um país em que, na literatura internacional, ela é considerada muito baixa.

A taxa de desemprego brasileira calculada a partir da PME tem, portanto, que ser considerada baixa para os padrões internacionais.

Ao longo do período como um todo, todos os países exceto o Chile registraram aumentos de suas taxas de desemprego. Ou seja, o aumento do desemprego verificado no Brasil na primeira metade dos anos 90 não foi um fenômeno isolado.

Os argumentos tradicionais para explicar as elevadas taxas de desemprego nos países europeus são diversos, não excludentes e bem conhecidos. Por um lado, o aumento experimentado em meados dos anos 70 é atribuído aos choques de oferta. Por outro, as explicações para sua permanência em patamares elevados a partir de então vão da implementação de políticas de cunho restritivo⁵ a uma gama de argumentos institucionais, como por exemplo: o poder excessivo dos sindicatos⁶; o desincentivo à oferta de trabalho, proporcionado por um sistema de seguro-desemprego demasiadamente generoso⁷; e os elevados encargos trabalhistas, sobretudo no que concerne à movimentação de mão-de-obra.⁸

O debate internacional se revitalizou com a nova mudança de patamar experimentada mundo afora na década de 90. Desta vez, o aumento do desemprego

⁴ Em 1993, embora a taxa brasileira estivesse em patamares relativamente altos para os seus padrões, ela se mantinha na mesma posição deste *ranking* (tendo sido ultrapassada pela sueca e se tornando superior à chilena).

⁵ Como sustentaram Bean, Layard e Nickell (1986) e Bruno (1986) na célebre Conferência de Chelwood Gate.

⁶ A este respeito, vejam-se Blanchard e Summers (1986) e Blanchard (1988).

⁷ Burda (1988).

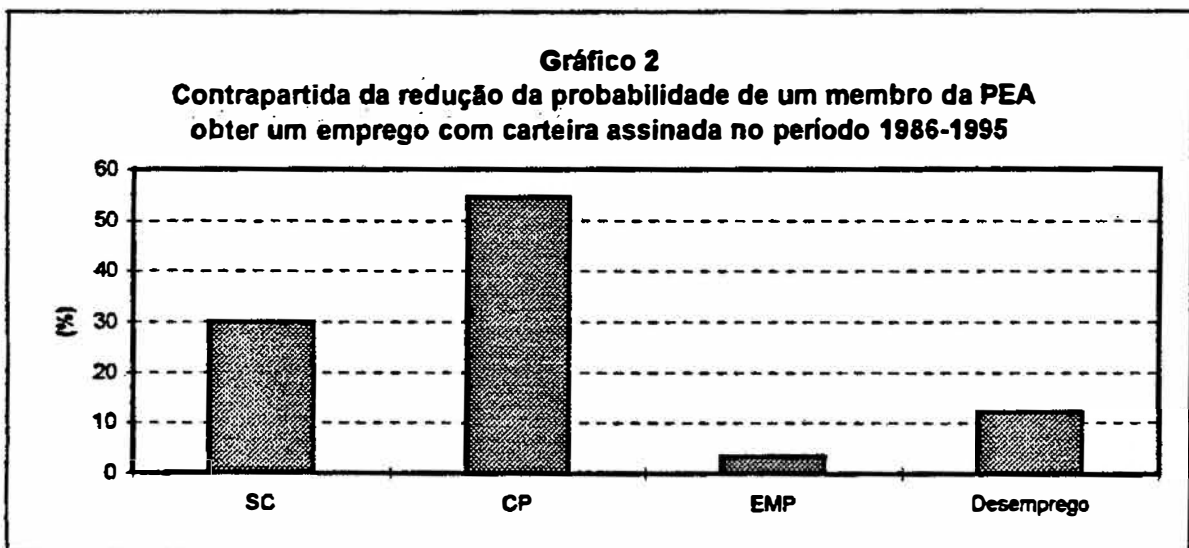
⁸ Bentolilla e Bertola (1990).

vem sendo associado à reestruturação produtiva, provocada pela crescente globalização, e ao avanço tecnológico.⁹

2.2 - Perda do emprego formal x desemprego aberto

Os argumentos listados acima para explicar a crescente gravidade do desemprego nos países desenvolvidos estão cada vez mais presentes no Brasil. No período analisado, os sindicatos se fortaleceram, foi instaurado o seguro-desemprego (que hoje já possui um grau de cobertura significativo), os encargos trabalhistas aumentaram com a Constituição de 1988, o grau de abertura da economia tem aumentado e vêm sendo adotadas políticas macroeconômicas de cunho restritivo.

No Brasil, contudo, estes elementos parecem ser mais relevantes para explicar a redução do emprego formal que o aumento do desemprego.¹⁰ A probabilidade de um membro da PEA do Brasil Metropolitano obter um emprego com carteira assinada caiu de 55,73% em 1986 para 46,18% em 1995. O aumento da taxa de desemprego aberto observado neste período, entretanto, representou apenas 12% deste movimento. A principal contrapartida da diminuição da importância do emprego formal, sobretudo a partir da virada da década, foi um aumento da informalidade - e em particular do tamanho relativo do segmento formado por trabalhadores por conta própria (veja-se gráfico 2).



Fonte: elaboração própria, a partir de tabulações especiais da PME/IBGE.

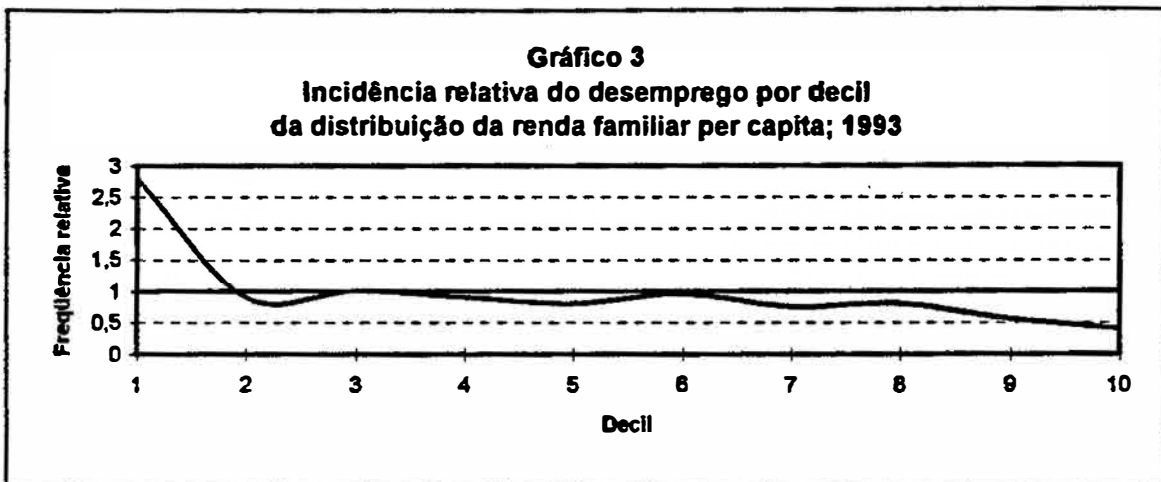
⁹ Esta nova vertente do debate está exposta em um documento recentemente elaborado pelo Banco Mundial (1995).

¹⁰ Observe que, com a exceção do seguro-desemprego, todos estes fatores tendem a inibir a demanda de trabalho, sobretudo no setor formal.

Podemos assim afirmar que a manutenção de taxas de desemprego relativamente baixas durante a última década esteve correlacionada à capacidade dos setores informais de atuarem como colchões, ou seja, de absorverem os crescentes excedentes de mão-de-obra do setor formal.¹¹

2.3 - Incidência sobre a pobreza

O fato da taxa ser baixa, no entanto, não significa que o fenômeno do desemprego aberto não tenha implicações importantes sobre o bem-estar. O gráfico 3 abaixo, de fato, mostra que - em um ano em que ela esteve em patamares medianos como 1993 - ela incidiu sobretudo sobre os mais pobres, classificados pela renda familiar per capita.¹²



Fonte: elaboração própria a partir de tabulações especiais da PME/IBGE.

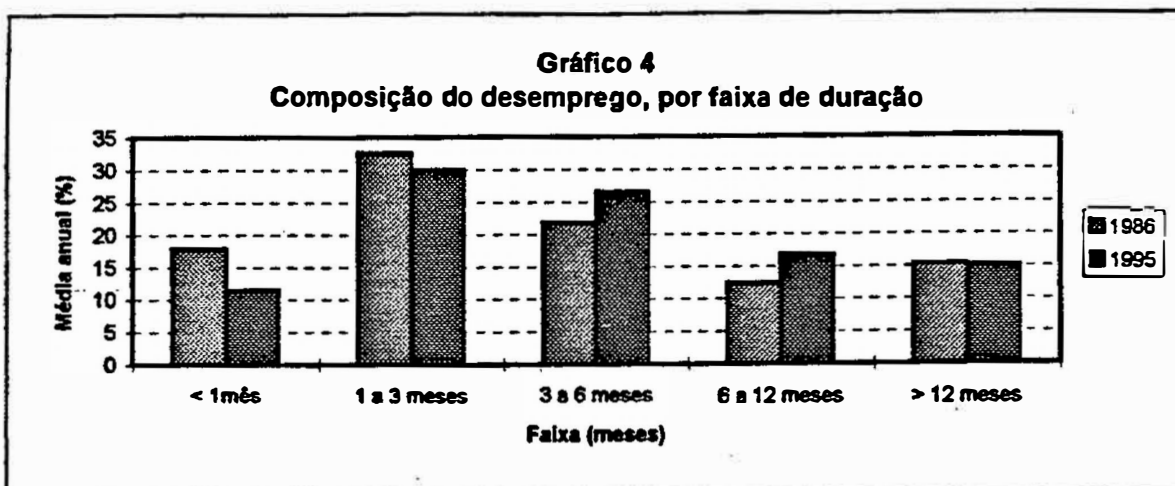
2.4 - Duração

Os impactos sobre a pobreza podem ser em alguma medida relativizados quando se nota que a duração do desemprego não é muito elevada: em 1995 (assim como já ocorria em 1986) apenas 15% dos desempregados resultavam ter se desligado de seus últimos postos de trabalho há mais de 1 ano (gráfico 4).¹³

¹¹ A capacidade do informal atuar como colchão durante os anos 90 já foi levantada por vários autores, dentre os quais Amadeo et alii (1993).

¹² Neste gráfico, se o desemprego incidir mais sobre um decil da distribuição da renda familiar que sobre o conjunto da distribuição, a curva se situa acima de 1 (e *vice-versa*).

¹³ Outra ressalva importante a ser feita é a de que ela costuma ser mais elevada para cônjuges e filhos que para chefes de domicílio, como demonstrado por Barros, Camargo e Mendonça (1996). A análise destes autores, contudo, difere da nossa, uma vez que ao invés de trabalharem com "faixas de duração", eles estimam a duração das ocorrências completas de desemprego, explorando o fato da PME permitir uma análise longitudinal.



Fonte: elaboração própria a partir de tabulações especiais da PME/IBGE.

Comparando-se esta estrutura nos dois anos, contudo, pode-se perceber um aumento do tamanho relativo das faixas de 3 a 12 meses em detrimento das de menos de 3 meses; ou seja, outro sintoma do agravamento do desemprego é o aumento de sua duração, embora ela continue relativamente baixa.

Para períodos completos de desemprego a análise desenvolvida por Bivar (1991) ratifica nossos resultados¹⁴. Neste trabalho registram-se a frequência e a duração médias do desemprego no Brasil. Os valores obtidos são 2,9% da PEA e 1,6 meses respectivamente. Os valores registrados para o ano de 1988 são comparados com os de uma amostra de 16 países da OECD. O valor da frequência para o Brasil só é menor que o registrado para o Canadá, enquanto que a duração brasileira é a menor de todas.

3 - Determinantes das mudanças na composição do desemprego

O peso de um grupo específico i no desemprego (U_i/U) em cada região metropolitana pode ser decomposto em:

$$U_i/U = U_i/N_i \cdot N_i/P_i \cdot P_i/P \cdot P/N \cdot N/U \quad (1),$$

onde: U_i = número de desempregados do grupo i ,

U = número total de desempregados,

N_i = número de membros da População Economicamente Ativa (PEA) do grupo i ,

N = número de membros da PEA,

P_i = número de membros da População em Idade Ativa (PIA) do grupo i , e

P = número de membros da PIA total.

¹⁴ Esta análise também se baseia na PME, mas se limita à região metropolitana de São Paulo.

A expressão (1) pode ser reescrita como:

$$U_i/U = \frac{U_i/N_i}{U/N} \cdot \frac{N_i/P_i}{N/P} \cdot \frac{P_i}{P},$$

que, transformada em forma logarítmica, nos dá:

$$\ln(U_i/U) = [\ln(U_i/N_i) - \ln(U/N)] + [\ln(N_i/P_i) - \ln(N/P)] + \ln(P_i/P) \quad (2),$$

e, portanto:

$$\Delta \ln(U_i/U) = [\Delta \ln(U_i/N_i) - \Delta \ln(U/N)] + [\Delta \ln(N_i/P_i) - \Delta \ln(N/P)] + \Delta \ln(P_i/P) \quad (3).$$

Em (3), podemos ver que variações do peso de determinado grupo no desemprego de cada região metropolitana dependem:

- da variação da taxa de desemprego do grupo em relação à variação da taxa de desemprego regional como um todo;
- da variação da taxa de participação na PEA do grupo em relação à variação da taxa de participação na PEA regional; e
- da variação do peso do grupo na PIA da região (fator demográfico por excelência).

A relação entre as taxas de desemprego gerais e específicas refletem diretamente a situação da demanda por trabalhadores daquele grupo. Assim, se a taxa do grupo tiver aumentado mais que a regional, a importância relativa do grupo no desemprego da região tende a aumentar. Por outro lado, as taxas de participação na PEA e a composição da PIA são componentes da oferta de trabalho. Esta pode ser ditada por fatores demográficos *strictu sensu* (composição da PIA), ou por mudanças na oferta provocadas pela demanda. Alterações na relação entre as taxas de participação regionais e específicas, na direção oposta de mudanças na composição da PIA, podem ser vistas como um reflexo da expulsão de determinados segmentos do mercado de trabalho. Neste caso, uma situação de restrição da demanda por um determinado tipo de trabalho acaba se manifestando não em forma de desemprego aberto, mas sim como um fenômeno que tende a ser visto como uma questão da oferta de trabalho - o desemprego oculto por desalento (que não é captado enquanto tal pela PME).

As diferentes tabelas retratando as variações absolutas dos indicadores que analisamos a seguir se encontram no Anexo deste trabalho.

3.1 - Gênero

A participação dos homens no desemprego aumentou em todas as regiões metropolitanas no período, exceto em São Paulo, onde houve um aumento do peso das mulheres. As regiões em que este movimento foi mais intenso foram Recife, Salvador e Porto Alegre (veja-se tabela A.1).

A tabela 2 mostra que a principal razão deste fenômeno foi, em todas as regiões metropolitanas, o fato da taxa de desemprego dos homens ter aumentado mais que a média. Esta tendência foi freada, também em todas as regiões, por causa da taxa de participação destes ter crescido menos que a das mulheres e, no caso do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Recife, pela queda do peso dos homens na PEA.

Tabela 2¹⁵
Determinantes da evolução da participação dos homens no desemprego

	$\Delta \ln(U_i/U)$	$\Delta \ln(U_i/N_i) - \Delta \ln(U/N)$	$\Delta \ln(N_i/P_i) - \Delta \ln(N/P)$	$\Delta \ln(P_i/P)$
RJ	0,04	0,07	-0,01	-0,02
SP	-0,01	0,03	-0,03	-0,02
PA	0,09	0,10	-0,02	0,01
BH	0,02	0,03	-0,02	0,01
RE	0,11	0,14	-0,02	-0,01
SA	0,10	0,11	-0,01	0,00

Fonte: elaboração própria, a partir de tabulações especiais da PME/IBGE.

Note-se que em São Paulo o peso dos homens no desemprego diminuiu porque estes dois últimos efeitos superaram o primeiro.

3.2 - Faixa etária

A tendência de queda do peso relativo dos jovens (até 29 anos) e aumento do dos mais velhos no desemprego verificou-se, de forma diferenciada, nas diversas faixas etárias e regiões metropolitanas (tabela A.1).

Em todas as regiões, o principal fator de estímulo nesta direção, na faixa de 15 a 17 anos (tabela 3), foi a queda abrupta das taxas de participação deste grupo - que variou de 4,55 pontos percentuais em Recife a 16,51 em São Paulo (tabela A.3). Em Salvador (onde a taxa de participação caiu 7,58 pontos), entretanto, este efeito foi aniquilado pelo fato desta faixa etária ter registrado um aumento da taxa de desemprego consideravelmente maior que as demais (tabela A.2). Este fenômeno ocorreu também no Rio de Janeiro, mas não com intensidade suficiente para reverter a tendência à queda do peso no desemprego deste grupo. Em todas as demais regiões, houve queda das taxas de desemprego.

Tabela 3
Determinantes da evolução da participação dos indivíduos de 15 a 17 anos no desemprego

	$\Delta \ln(U_i/U)$	$\Delta \ln(U_i/N_i) - \Delta \ln(U/N)$	$\Delta \ln(N_i/P_i) - \Delta \ln(N/P)$	$\Delta \ln(P_i/P)$
RJ	-0,30	0,05	-0,31	-0,04
SP	-0,33	-0,09	-0,34	0,10
PA	-0,46	-0,16	-0,36	0,07
BH	-0,31	-0,03	-0,31	0,02
RE	-0,40	-0,07	-0,21	-0,11
SA	0,05	0,31	-0,27	0,01

Fonte: elaboração própria, a partir de tabulações especiais da PME/IBGE.

Já nas faixas de 18 a 24 e de 25 a 29 anos, o determinante crucial foi a redução do peso destes grupos na PIA, também generalizado regionalmente.

Na tabela 4, vê-se que de 18 a 24 anos (onde o peso caiu em todas as regiões metropolitanas), este movimento foi reforçado pelo declínio da taxa de participação deste grupo (em todas as regiões), enquanto a dinâmica da taxa de desemprego desempenhou um papel secundário, exceto em São Paulo (onde ela aumentou mais que a média regional) e em Salvador (onde aconteceu o oposto).

¹⁵ A tabela análoga para as mulheres é dispensável, visto que é especular à dos homens.

Tabela 4

Determinantes da evolução da participação dos indivíduos de 18 a 24 anos no desemprego

	$\Delta \ln(U_i/U)$	$\Delta \ln(U_i/N_i) - \Delta \ln(U/N)$	$\Delta \ln(N_i/P_i) - \Delta \ln(N/P)$	$\Delta \ln(P_i/P)$
RJ	-0,23	0,00	-0,06	-0,17
SP	-0,04	0,11	-0,04	-0,12
PA	-0,29	-0,03	-0,05	-0,21
BH	-0,14	0,04	-0,04	-0,15
RE	-0,20	-0,04	-0,05	-0,11
SA	-0,30	-0,11	-0,07	-0,12

Fonte: elaboração própria, a partir de tabulações especiais da PME/IBGE.

Já a tabela 5 mostra que de 25 a 29 anos (que também teve uma queda de seu peso no desemprego em todas as regiões, menos Porto Alegre), os demais fatores atuaram em sentido contrário, visto que tanto as taxas de desemprego quanto as de participação deste grupo aumentaram mais que as regionais.

Tabela 5

Determinantes da evolução da participação dos indivíduos de 25 a 29 anos no desemprego

	$\Delta \ln(U_i/U)$	$\Delta \ln(U_i/N_i) - \Delta \ln(U/N)$	$\Delta \ln(N_i/P_i) - \Delta \ln(N/P)$	$\Delta \ln(P_i/P)$
RJ	-0,05	0,10	0,05	-0,20
SP	-0,13	0,00	0,05	-0,18
PA	0,04	0,16	0,03	-0,15
BH	-0,07	0,02	0,06	-0,15
RE	-0,03	-0,01	0,01	-0,03
SA	-0,03	0,00	0,03	-0,06

Fonte: elaboração própria, a partir de tabulações especiais da PME/IBGE.

A faixa de 30 a 39 anos foi a que registrou os maiores aumentos de sua importância relativa no desemprego. O principal determinante deste fenômeno foi o crescimento das taxas de desemprego deste grupo, embora os outros fatores também tenham contribuído nesta mesma direção (tabela 6).¹⁶

Tabela 6

Determinantes da evolução da participação dos indivíduos de 30 a 39 anos no desemprego

	$\Delta \ln(U_i/U)$	$\Delta \ln(U_i/N_i) - \Delta \ln(U/N)$	$\Delta \ln(N_i/P_i) - \Delta \ln(N/P)$	$\Delta \ln(P_i/P)$
RJ	0,37	0,30	0,05	0,02
SP	0,35	0,31	0,07	-0,03
PA	0,39	0,30	0,04	0,05
BH	0,33	0,22	0,07	0,04
RE	0,33	0,23	0,02	0,08
SA	0,26	0,16	0,04	0,06

Fonte: elaboração própria, a partir de tabulações especiais da PME/IBGE.

O mesmo ocorreu nas faixas entre 40 e 49 anos e entre 50 e 59 anos, sendo que na segunda houve uma pressão negativa exercida pela redução da participação na PIA no Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Salvador, que não chegou a reverter o movimento inicial.

¹⁶ Exceto em São Paulo, onde este grupo diminuiu sua participação na PIA.

Tabela 7

Determinantes da evolução da participação dos indivíduos de 40 a 49 anos no desemprego

	$\Delta \ln(U_i/U)$	$\Delta \ln(U_i/N_i) - \Delta \ln(U/N)$	$\Delta \ln(N_i/P_i) - \Delta \ln(N/P)$	$\Delta \ln(P_i/P)$
RJ	0,52	0,31	0,09	0,12
SP	0,25	0,00	0,09	0,16
PA	0,63	0,39	0,07	0,18
BH	0,61	0,43	0,06	0,13
RE	0,39	0,25	0,05	0,09
SA	0,75	0,56	0,07	0,12

Fonte: elaboração própria, a partir de tabulações especiais da PME/IBGE.

Tabela 8

Determinantes da evolução da participação dos indivíduos de 50 a 59 anos no desemprego

	$\Delta \ln(U_i/U)$	$\Delta \ln(U_i/N_i) - \Delta \ln(U/N)$	$\Delta \ln(N_i/P_i) - \Delta \ln(N/P)$	$\Delta \ln(P_i/P)$
RJ	0,34	0,29	0,06	-0,01
SP	0,17	0,08	0,10	-0,01
PA	0,63	0,53	0,15	-0,05
BH	0,85	0,76	0,06	0,03
RE	0,74	0,70	0,03	0,01
SA	0,53	0,50	0,05	-0,01

Fonte: elaboração própria, a partir de tabulações especiais da PME/IBGE.

Indivíduos entre 60 e 64 anos também sofreram variações positivas de seus pesos relativos no desemprego, assim como os de 65 anos ou mais (à exceção de Porto Alegre). Entretanto, tanto no primeiro caso quanto no segundo suas participações no desemprego continuam sendo ínfimas, o que nos impede de analisar consistentemente os determinantes destas variações (tabela A.1). Podemos dizer apenas que, de maneira geral, suas taxas de desemprego e seus pesos na PIA aumentaram, ao passo que suas taxas de participação diminuíram.

3.3 - Escolaridade

Entre 1986 e 1995, o grupo de indivíduos menos escolarizados (entre 0 e 4 anos de estudo) tornou-se menos representado no desemprego em todas as regiões. Ao mesmo tempo, houve um aumento do nível de escolaridade da população como um todo, visto que, em todas as regiões, o peso na PIA da faixa menos escolarizada diminuiu consideravelmente. Em todas as regiões foi este o fator que mais influenciou a queda da representação deste grupo no desemprego (tabela 9). A diferença entre a taxa de desemprego do grupo e a regional funcionou como um propulsor deste processo no caso de São Paulo e como um amortecedor no caso das outras regiões - especialmente Recife e Salvador, que variaram muito pouco. Em todas elas houve também redução da taxa de participação do grupo em relação à taxa de participação da região, reforçando aquela tendência.

Tabela 9
Determinantes da evolução da participação dos indivíduos
de 0 a 4 anos de estudo no desemprego

	$\Delta \ln(U_i/U)$	$\Delta \ln(U_i/N_i) - \Delta \ln(U/N)$	$\Delta \ln(N_i/P_i) - \Delta \ln(N/P)$	$\Delta \ln(P_i/P)$
RJ	-0,23	0,05	-0,03	-0,24
SP	-0,47	-0,16	-0,05	-0,26
PA	-0,28	0,02	-0,05	-0,24
BH	-0,09	0,08	-0,02	-0,15
RE	-0,01	0,18	-0,02	-0,18
SA	-0,02	0,14	-0,03	-0,13

Fonte: elaboração própria, a partir de tabulações especiais da PME/IBGE.

A participação no desemprego da faixa correspondente aos indivíduos com 5 a 8 anos de estudo caminhou de maneira heterogênea nas diversas regiões metropolitanas; declinando em Belo Horizonte e Recife, e ascendendo nas outras. Em todas elas houve um aumento do peso deste grupo na PIA fomentando a variação do desemprego no mesmo sentido. Este efeito, contudo, foi barrado em Belo Horizonte e Recife pela queda das taxas de desemprego deste grupo em relação às regionais - movimento que também se processou em todas as outras regiões, à exceção de Porto Alegre, porém sem força suficiente para se impor.

Tabela 10
Determinantes da evolução da participação dos indivíduos
de 5 a 8 anos de estudo no desemprego

	$\Delta \ln(U_i/U)$	$\Delta \ln(U_i/N_i) - \Delta \ln(U/N)$	$\Delta \ln(N_i/P_i) - \Delta \ln(N/P)$	$\Delta \ln(P_i/P)$
RJ	0,03	-0,02	-0,01	0,06
SP	0,05	-0,04	-0,05	0,14
PA	0,02	-0,06	-0,02	0,09
BH	-0,01	-0,18	0,00	0,17
RE	-0,03	-0,22	0,02	0,17
SA	0,03	-0,18	0,05	0,16

Fonte: elaboração própria, a partir de tabulações especiais da PME/IBGE.

Foram registradas variações positivas do peso no desemprego da faixa entre 9 e 11 anos de estudo em todas as regiões metropolitanas no período estudado. Em todas elas - como nos outros graus de escolaridade - o fator mais relevante na determinação de mudanças foi o fator demográfico: o peso relativo do grupo na PIA (crescendo neste caso). Na região onde o aumento do desemprego para este grupo mostrou-se mais intenso (São Paulo), o efeito demográfico foi ainda reforçado por uma elevação da taxa de desemprego deste grupo em relação à taxa da região. No Rio de Janeiro, em Recife e em Salvador, houve queda do diferencial de taxas de desemprego, sem entretanto conseguir frear todo o efeito demográfico.

Tabela 11
Determinantes da evolução da participação dos indivíduos
de 9 a 11 anos de estudo no desemprego

	$\Delta \ln(U_i/U)$	$\Delta \ln(U_i/N_i) - \Delta \ln(U/N)$	$\Delta \ln(N_i/P_i) - \Delta \ln(N/P)$	$\Delta \ln(P_i/P)$
RJ	0,12	-0,12	-0,01	0,24
SP	0,54	0,23	-0,01	0,32
PA	0,29	0,01	-0,02	0,29
BH	0,11	0,01	-0,01	0,10
RE	0,13	-0,08	0,00	0,22
SA	0,01	-0,13	0,00	0,14

Fonte: elaboração própria, a partir de tabulações especiais da PME/IBGE.

A importância relativa dos mais escolarizados no desemprego subiu em quase todas as regiões, menos nas do nordeste. Em São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro, o principal estímulo nesta direção foi o aumento do peso relativo deste grupo na PIA destas regiões, que se afirmou apesar da queda da taxa de desemprego do grupo em relação à taxa de desemprego destas regiões. Em Belo Horizonte, o declínio da taxa específica em relação à regional realçou o efeito demográfico. Em Recife e Salvador, a redução da participação dos mais escolarizados no desemprego foi resultado de uma combinação favorável de todos os efeitos: taxas de desemprego do grupo se reduziram em relação às regionais, o mesmo ocorreu com as taxas de participação na PEA e, além disso, a parcela da PIA correspondente a este grupo também diminuiu. Em Recife, o efeito mais forte foi o primeiro, enquanto em Salvador houve uma combinação equilibrada do primeiro e do último.

Tabela 12
Determinantes da evolução da participação dos indivíduos
de mais de 11 anos de estudo no desemprego

	$\Delta \ln(U_i/U)$	$\Delta \ln(U_i/N_i) - \Delta \ln(U/N)$	$\Delta \ln(N_i/P_i) - \Delta \ln(N/P)$	$\Delta \ln(P_i/P)$
RJ	0,10	-0,11	-0,04	0,25
SP	0,04	-0,20	0,01	0,23
PA	0,12	-0,13	0,00	0,24
BH	0,15	0,08	0,00	0,06
RE	-0,39	-0,30	-0,07	-0,03
SA	-0,30	-0,13	-0,03	-0,14

Fonte: elaboração própria, a partir de tabulações especiais da PME/IBGE.

3.4 - Posição na família

Entre 1986 e 1995, os chefes de família tornaram-se mais representados no desemprego em todas as regiões, o mesmo ocorrendo com os cônjuges (excluindo-se Salvador). Filhos e "outros" tiveram suas participações reduzidas em todas as regiões.

No caso dos chefes, o que motivou esta mudança foi, em primeira instância, o fato de suas taxas de desemprego terem aumentado bem mais que a média em todas as regiões. Em todas elas, esta tendência foi também alimentada - em menor grau - pelo incremento do peso destes na PIA. A queda das taxas de participação na PEA destes indivíduos, contudo, tendeu a reprimir este efeito - sem sucesso - no Rio de Janeiro, em São Paulo, Belo Horizonte e Recife.

Tabela 13
Determinantes da evolução da participação dos chefes de família no desemprego

	$\Delta \ln(U_i/U)$	$\Delta \ln(U_i/N_i) - \Delta \ln(U/N)$	$\Delta \ln(N_i/P_i) - \Delta \ln(N/P)$	$\Delta \ln(P_i/P)$
RJ	0,23	0,21	-0,02	0,04
SP	0,09	0,09	-0,01	0,01
PA	0,35	0,30	0,01	0,04
BH	0,32	0,28	-0,01	0,05
RE	0,25	0,23	-0,04	0,06
SA	0,31	0,26	0,00	0,04

Fonte: elaboração própria, a partir de tabulações especiais da PME/IBGE.

Em relação aos cônjuges, o que se processou foi o inverso. O aumento das taxas de participação destes foi bastante intenso em relação às taxas regionais (que caíram), pressionando-os para dentro do desemprego. Em Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo este efeito foi ainda fortalecido pelo aumento das taxas de desemprego deste grupo em relação às taxas médias regionais. Em Belo Horizonte, Recife e Salvador o diferencial de taxas de desemprego operou em sentido contrário, só obtendo sucesso, entretanto, na última delas. De uma maneira geral, também há relativamente menos cônjuges na PIA, porém este fenômeno foi pouco significativo na medida em que não logrou conter o agravamento do desemprego para estes.

Tabela 14
Determinantes da evolução da participação dos cônjuges no desemprego

	$\Delta \ln(U_i/U)$	$\Delta \ln(U_i/N_i) - \Delta \ln(U/N)$	$\Delta \ln(N_i/P_i) - \Delta \ln(N/P)$	$\Delta \ln(P_i/P)$
RJ	0,32	0,21	0,13	-0,02
SP	0,30	0,15	0,20	-0,05
PA	0,17	0,08	0,11	-0,02
BH	0,15	-0,02	0,17	0,00
RE	0,06	-0,09	0,15	0,00
SA	-0,08	-0,13	0,08	-0,03

Fonte: elaboração própria, a partir de tabulações especiais da PME/IBGE.

Em todas as regiões - exceto São Paulo e Salvador, onde aumentou o peso de filhos na PIA -, o decréscimo da importância relativa dos filhos no desemprego foi motivado pelo efeito conjunto dos três elementos explicativos. Em São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte o fator determinante foi a diminuição das taxas de participação de filhos em relação às taxas médias regionais. Já em Salvador e Recife a queda do diferencial de taxas de desemprego foi o principal responsável por este movimento. No Rio de Janeiro,¹⁷ Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife a redução da participação relativa dos filhos na PIA também contribuiu para este movimento.

¹⁷ Nesta região diferenciais de taxas de desemprego e de participação contribuíram igualmente para a queda do peso dos filhos no desemprego.

Tabela 15
Determinantes da evolução da participação dos filhos no desemprego

	$\Delta \ln(U_i/U)$	$\Delta \ln(U_i/N_i) - \Delta \ln(U/N)$	$\Delta \ln(N_i/P_i) - \Delta \ln(N/P)$	$\Delta \ln(P_i/P)$
RJ	-0,14	-0,06	-0,06	-0,03
SP	-0,08	-0,02	-0,12	0,06
PA	-0,24	-0,08	-0,14	-0,02
BH	-0,15	-0,04	-0,08	-0,03
RE	-0,15	-0,06	-0,05	-0,05
SA	-0,18	-0,16	-0,08	0,06

Fonte: elaboração própria, a partir de tabulações especiais da PME/IBGE.

A menor participação relativa de "outros" na PIA foi o principal determinante da variação negativa do peso destes no desemprego em todas as regiões, com exceção do Rio de Janeiro, em que o diferencial de taxas de desemprego representou este papel. Em Porto Alegre esta variável também foi bastante importante, mas em Salvador ela cresceu, provocando efeito contrário. Em todas as regiões, as taxas de participação na PEA do grupo diminuíram em relação às taxas de participação regionais, reforçando a tendência de saída destes indivíduos do desemprego.

Tabela 16
Determinantes da evolução da participação dos "outros" no desemprego

	$\Delta \ln(U_i/U)$	$\Delta \ln(U_i/N_i) - \Delta \ln(U/N)$	$\Delta \ln(N_i/P_i) - \Delta \ln(N/P)$	$\Delta \ln(P_i/P)$
RJ	-0,23	-0,10	-0,03	-0,09
SP	-0,09	0,03	-0,04	-0,08
PA	-0,34	-0,13	-0,07	-0,14
BH	-0,16	0,03	-0,02	-0,17
RE	-0,14	0,00	-0,05	-0,10
SA	-0,09	0,18	-0,06	-0,21

Fonte: elaboração própria, a partir de tabulações especiais da PME/IBGE.

4 - Conclusão

Mostramos neste artigo que, apesar de seu aumento no período recente, a taxa de desemprego no Brasil continua baixa para os padrões internacionais. Este fato pode ser explicado pela capacidade demonstrada pelos segmentos informais do mercado de trabalho de absorverem a grande maioria do contingente de mão de obra que tem sido expulso do segmento formal. Esta expulsão, por sua vez, vem ocorrendo em consequência de uma série de reformas estruturais e de mudanças no quadro institucional experimentadas pelo Brasil nos últimos anos, e de seus impactos sobre a demanda de trabalho.

Mostramos também, no entanto, que o fato da taxa de desemprego registrar valores considerados baixos não significa que o fenômeno não tenha relevância do ponto de vista social, visto que o desemprego afeta significativamente a pobreza. Esta é uma das principais razões da importância de políticas que atenuem as perdas pecuniárias decorrentes da perda do emprego.

A gravidade do desemprego, por outro lado, tem aumentado não apenas porque a taxa se elevou mas porque se registrou - ao longo da última década - uma mudança da composição do estoque de desempregados, com um crescimento da

participação relativa dos homens, dos chefes de família, dos cônjuges e dos indivíduos com mais de 30 anos (além dos mais escolarizados). Procuramos identificar, neste artigo, os determinantes destes fenômenos, a partir da constatação de que o aumento da participação de um grupo no desemprego pode ser provocado tanto por um crescimento de sua taxa de desemprego superior à média, quanto pelo fato de sua taxa de participação na PEA ter crescido mais que a dos demais grupos, ou ainda por uma elevação de seu peso na PIA.

Nossos resultados sugerem que o principal fator explicativo do peso crescente dos homens, dos chefes de famílias e do conjunto dos indivíduos entre 30 e 60 anos foi o fato do aumento da taxa de desemprego destes grupos ter sido superior ao dos demais. O diferencial de variações das taxas de participação, por sua vez, jogou um papel preponderante tanto na queda do peso dos mais jovens quanto no aumento dos cônjuges. O fator demográfico *strictu sensu*, por fim, foi o que teve maior relevância nas mudanças de composição verificadas em termos de grau de escolaridade.

Referências bibliográficas

Amadeo, E., R. Barros, J. M. Camargo, R. Mendonça, V. Pero e A. Urani (1993): "Human Resources in the Adjustment Process", Série Seminários IPEA n.01/93.

Banco Mundial (1995): "O Trabalhador e o Processo de Integração Mundial - Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1995".

Barros, R., J. M. Camargo e R. Mendonça (1996): "Uma avaliação da estrutura do desemprego no Brasil", mimeo, DIPES-IPEA, Rio de Janeiro.

Bean, C., R. Layard & S. Nickell (1986): "The Rise in Unemployment: A Multy Country Study", Economica, v.53: s1 - s21

Bentolila, S. & G. Bertola (1990): "Firing Cost and Labor Demand: How Bad is Eurosclerosis?", Review of Economic Studies, 57: 381 - 402.

Bivar, W. S. (1991): "Aspectos da estrutura do desemprego no Brasil: composição por sexo e duração", dissertação de mestrado, Departamento de Economia da PUC/RJ, Rio de Janeiro.

Blanchard, O. & L. Summers (1986): "Hysteresis and the European Economic Problem" , NBER Macroeconomics Annual

Blanchard, O. (1988): "Unemployment: Getting the Questions right and Some of the Answers" NBER Working Paper Series n. 2698.

Bruno, M. (1986): "Aggregate Supply and Demand Factors in OECD Unemployment: an Update", Economica, v.53: s35 - s51

Burda, M. (1988): "Wait Unemployment in Europe", Economic Policy, n.7: 391 - 425.

Corseuil, C. H. (1994): "Desemprego: aspectos teóricos e o caso brasileiro", Série Seminários Estudos Sociais e do Trabalho nº 4/94, DIPES-IPEA, Rio de Janeiro.

_____ (1996): "Desemprego regional no Brasil: uma abordagem empírica", dissertação de mestrado, EPGE/FGV, Rio de Janeiro.

Gonzaga, G. (1996): "Determinação do emprego industrial no Brasil: uma análise agregada e setorial", mimeo: PUC - Rio (Departamento de Economia).

OIT (1988, 1994): "Yearbook of Labor Statistics".

UNCTAD (1995): "Trade and Development Report"; Genebra.

Urani, A. (1996): "Desemprego no Brasil em meados dos anos 90", Monitor Público, ano 3, número 8, Conjunto Universitário Candido Mendes, Rio de Janeiro.

ANEXO

Variações absolutas dos indicadores

A.1 - Participação de cada grupo no desemprego

	$\Delta(Ui/U)$	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Belo Horizonte	Recife	Salvador
Gênero	HOMENS	1,99	-1,02	4,97	1,39	7,00	5,56
	MULHERES	-1,99	1,02	-4,97	-1,39	-7,00	-5,56
Idade	15 A 17 ANOS	-1,95	-4,86	-6,20	-3,93	-2,32	0,24
	18 A 24 ANOS	-9,91	-1,69	-10,25	-6,31	-8,41	-12,75
	25 A 29 ANOS	-0,75	-2,10	0,64	-1,14	-0,62	-0,58
	30 A 39 ANOS	7,13	6,18	7,86	5,52	6,42	5,32
	40 A 49 ANOS	4,02	1,81	5,90	4,09	2,93	6,31
	50 A 59 ANOS	1,00	0,44	2,09	1,58	1,61	1,24
	60 A 64 ANOS	0,40	0,12	0,02	0,16	0,27	0,01
	65 OU MAIS	0,05	0,10	-0,07	0,02	0,12	0,20
Escolaridade	0-4 ANOS	-5,50	-14,09	-7,87	-2,91	-0,30	-0,64
	5-8 ANOS	0,94	2,03	0,83	-0,33	-0,94	0,93
	9-11 ANOS	3,74	11,73	6,31	2,48	3,67	0,39
	+12 ANOS	0,81	0,33	0,73	0,77	-2,43	-0,68
Posição na Família	Chefe	1,03	2,53	10,95	7,94	7,88	10,15
	Conjuge	1,88	2,58	2,38	1,56	0,49	-0,99
	Filho	-2,20	-4,45	-11,03	-8,36	-7,62	-8,26
	Outros	-0,71	-0,67	-2,31	-1,14	-0,75	-0,89

Fonte: elaboração própria, a partir de tabulações especiais da PME/IBGE.

A.2 - Taxas de desemprego específicas

	$\Delta(Ui/Ni)$	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Belo Horizonte	Recife	Salvador
Gênero	HOMENS	0,16	2,01	1,09	0,24	1,69	2,88
	MULHERES	-0,39	1,79	0,19	-0,11	-0,02	1,54
Idade	15 A 17 ANOS	0,55	3,57	0,31	0,15	0,92	4,86
	18 A 24 ANOS	-0,11	4,32	1,12	0,43	1,65	3,17
	25 A 29 ANOS	0,45	2,13	1,52	0,26	1,37	2,70
	30 A 39 ANOS	0,69	2,21	1,38	0,59	1,55	2,34
	40 A 49 ANOS	0,40	0,86	1,18	0,64	0,96	2,71
	50 A 59 ANOS	0,26	0,77	1,14	0,62	1,12	1,58
	60 A 64 ANOS	0,43	1,01	0,36	0,28	1,21	1,60
	65 OU MAIS	0,03	0,59	-0,25	0,04	0,56	1,71
Escolaridade	0-4 ANOS	0,05	1,03	0,64	0,32	1,60	2,51
	5-8 ANOS	-0,13	2,52	0,76	-0,80	-0,02	1,77
	9-11 ANOS	-0,60	3,20	0,84	0,16	0,74	2,01
	+ 12 ANOS	-0,22	0,60	0,06	0,27	-0,20	0,83
Posição na Família	Chefe	0,37	1,39	1,26	0,64	1,38	2,56
	Conjuge	0,44	1,42	0,66	0,03	0,32	0,99
	Filho	-0,51	3,44	0,78	-0,06	1,41	2,90
	Outros	-0,58	2,50	0,42	0,25	1,57	3,09

Fonte: elaboração própria, a partir de tabulações especiais da PME/IBGE.

A.3 - Taxas de participação

	$\Delta(NI/PIAI)$	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Belo Horizonte	Recife	Salvador
Gênero	HOMENS	-3,73	-4,59	-3,36	-3,13	-1,25	-5,25
	MULHERES	-0,16	1,09	-0,30	-0,06	1,47	-1,82
Idade	15 A 17 ANOS	-7,94	-16,51	-15,37	-12,17	-4,55	-7,58
	18 A 24 ANOS	-6,03	-4,83	-5,53	-4,16	-2,69	-7,29
	25 A 29 ANOS	1,09	1,53	0,32	2,60	0,83	-1,72
	30 A 39 ANOS	0,78	2,87	1,25	3,31	1,49	-0,86
	40 A 49 ANOS	3,81	4,33	3,17	2,44	3,43	1,18
	50 A 59 ANOS	0,92	3,38	6,20	2,01	1,59	-0,44
	60 A 64 ANOS	-2,06	-0,09	-2,01	0,44	-4,90	-10,89
	65 OU MAIS	-0,83	-1,01	-1,10	-2,33	-1,99	-5,39
Escolaridade	0-4 ANOS	-3,59	-4,14	-4,32	-2,25	-0,73	-5,00
	5-8 ANOS	-2,86	-5,15	-2,73	-1,58	1,13	-0,56
	9-11 ANOS	-2,97	-3,03	-2,82	-2,16	0,09	-3,76
	+ 12 ANOS	-5,52	-1,77	-1,90	-1,45	-5,34	-6,48
Posição na Família	Chefe	-3,98	-3,20	-1,12	-2,33	-2,41	-4,40
	Conjuge	3,20	5,86	3,75	5,75	5,11	1,15
	Filho	-5,53	-10,14	-10,83	-6,78	-2,15	-6,90
	Outros	-3,38	-4,49	-5,06	-2,34	-1,84	-6,74

Fonte: elaboração própria, a partir de tabulações especiais da PME/IBGE.

A.4 - Participação de cada grupo na PIA

	$\Delta(\text{PIA}/\text{PIA})$	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Belo Horizonte	Recife	Salvador
Gênero	HOMENS	-0,84	-0,72	0,37	0,39	-0,37	0,12
	MULHERES	0,84	0,72	-0,37	-0,39	0,37	-0,12
Idade	15 A 17 ANOS	-0,31	0,83	0,54	0,25	-1,11	0,08
	18 A 24 ANOS	-2,89	-2,11	-3,52	-3,01	-2,42	-2,80
	25 A 29 ANOS	-2,21	-2,32	-1,80	-1,94	-0,33	-0,82
	30 A 39 ANOS	0,46	-0,78	1,05	0,99	1,62	1,30
	40 A 49 ANOS	2,04	2,55	2,90	1,97	1,30	1,65
	50 A 59 ANOS	-0,11	-0,06	-0,61	0,31	0,09	-0,11
	60 A 64 ANOS	0,76	0,19	0,37	0,46	-0,10	-0,01
	65 OU MAIS	2,08	1,60	1,10	1,03	1,32	0,71
Escolaridade	0-4 ANOS	-9,87	-11,76	-10,50	-6,90	-8,52	-5,93
	5-8 ANOS	1,62	3,61	2,62	4,35	4,42	4,24
	9-11 ANOS	5,16	5,70	5,27	1,91	4,14	3,18
	+ 12 ANOS	2,85	2,49	2,55	0,58	-0,22	-0,96
Posição na Família	Chefe	1,55	0,50	1,70	1,92	2,09	1,68
	Conjuge	-0,46	-1,38	-0,53	0,01	-0,11	-0,78
	Filho	-0,70	1,43	-0,39	-0,82	-1,42	1,77
	Outros	-0,62	-0,50	-0,84	-1,17	-0,72	-2,12

Fonte: elaboração própria, a partir de tabulações especiais da PME/IBGE.

A.5 - Outros indicadores

	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Belo Horizonte	Recife	Salvador
$\Delta(\text{N}/\text{PIA})$	-2,12	-1,88	-1,61	-1,39	0,08	-3,37
$\Delta(\text{U}/\text{N})$	-0,03	1,94	0,74	0,11	1,06	2,33

Fonte: elaboração própria, a partir de tabulações especiais da PME/IBGE.

FIGURE 8

